



2893 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPEd (2018)
GT 04/GT 12 - Didática e Currículo

DIDÁTICA: PENSANDO O FAZER DOCENTE PARA O ALUNO SURDO

Camila Caroline de Lima Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

Ademarcia Lopes de Oliveira Costa - PROFESSORA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE/CAMPUS FLORESTA

Paôla Fortunato Cardoso - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

RESUMO

A Didática enquanto disciplina pedagógica preocupa-se com a formação teórica e prática de professores e com as técnicas e métodos que deverão ser desenvolvidos em sala de aula. Em busca de uma reflexão sobre essa temática, se insere o presente estudo com o objetivo de analisar os métodos de ensino e de avaliação docentes para atuar com o aluno surdo baseados na Didática como disciplina pedagógica. Os resultados revelam que o Bilinguismo é um dos métodos mais defendidos atualmente na educação de surdos. Adotar uma avaliação diferenciada do aluno surdo não significa passar por cima de suas dificuldades linguísticas ou tratá-lo como alguém incapaz de adquirir conhecimento, mas focar nas metodologias utilizadas facilitando a aquisição dos conteúdos além de buscar critérios diferenciados na hora da avaliação. Assim sendo, a Didática busca uma reflexão no processo de ensino e uma análise da aprendizagem docente como um todo. A Didática Surda baseia-se na teoria cultural do aluno surdo e o professor que atua com alunos surdos planeja e avalia do mesmo modo de qualquer professor, a diferença é a interação e as estratégias que ele adotará com esse aluno através da Didática apresentada em sala de aula.

Palavras-chave: Avaliação. Didática. Metodologia. Surdo.

DIDÁTICA: PENSANDO O FAZER DOCENTE PARA O ALUNO SURDO

RESUMO

A Didática enquanto disciplina pedagógica preocupa-se com a formação teórica e prática de professores e com as técnicas e métodos que deverão ser desenvolvidos em sala de aula. Em busca de uma reflexão sobre essa temática, se insere o presente estudo com o objetivo de analisar os métodos de ensino e de avaliação docentes para atuar com o aluno surdo baseados na Didática como disciplina pedagógica. Os resultados revelam que o Bilinguismo é um dos métodos mais defendidos atualmente na educação de surdos. Adotar uma avaliação diferenciada do aluno surdo não significa passar por cima de suas dificuldades linguísticas ou tratá-lo como alguém incapaz de adquirir conhecimento, mas focar nas metodologias utilizadas facilitando a aquisição dos conteúdos além de buscar critérios diferenciados na hora da avaliação. Assim sendo, a Didática busca uma reflexão no processo de ensino e uma análise da aprendizagem docente como um todo. A Didática Surda baseia-se na teoria cultural do aluno surdo e o professor que atua com alunos surdos planeja e avalia do mesmo modo de qualquer professor, a diferença é a interação e as estratégias que ele adotará com esse aluno através da Didática apresentada em sala de aula.

Palavras-chave: Avaliação. Didática. Metodologia. Surdo.

INTRODUÇÃO

A educação se define em uma prática social e compete ao professor conduzir o aluno a compreender os saberes que avançaram entre os homens ao longo dos séculos, para que assim os aprendizes possam ter um posicionamento social e vir a se tornarem sujeitos conscientes. Incorporada a escola, a Didática se faz indispensável para orientar os procedimentos pedagógicos, elaborando normas que guiam os docentes em suas tarefas e para que assim os alunos sejam capazes de adquirir os conteúdos de forma clara e concreta, expressando suas aptidões físicas e cognitivas. Sobre isso, Gasparin (2010, p. 13) afirma que:

A didática é concebida, atualmente por diversos autores de obras sobre o tema como um conjunto ordenado de normas, de regras, de princípios teórico-práticos que orientam o processo de comunicação ou transmissão do conhecimento científico, expresso na escola sob a forma de conteúdo. Ainda que essa concepção seja coerente, não expressa toda a verdade. A didática é muito mais do que isso. Ela possui uma história, uma longa e significativa história para a educação e para a escola. (GASPARIN 2010, p. 13).

A Didática é crucial para os profissionais da área da educação, visto que, no meio de seus elementos estão o planejamento e a avaliação em uma estrutura relacionada com a docência. Neste contexto, com o objetivo de debatermos a relação entre Didática enquanto disciplina pedagógica responsável pela aprendizagem das teorias pedagógicas em geral e a Didática Surda, que está relacionada com os conteúdos onde o princípio é a valorização da cultura surda.

A Didática Surda propõe-se a colaborar na cultura surda e o posicionamento no planejamento é diferente, pois o professor surdo pode sentir a necessidade de romper com a Didática utilizada pelos ouvintes, assim como o professor ouvinte necessita adequar-se à realidade cultural do aluno surdo.

No início do processo educacional dos surdos a Didática era empregada por métodos orais, muitas vezes aplicados de forma violenta na intenção de fazer com que o surdo falasse. Essa asserção nos faz observar que sempre existiu uma didática na educação dos surdos, mesmo sendo considerada como algo imposto e desrespeitoso à cultura surda.

A Didática Cultural tem por objetivo o elemento cultural inserido no planejamento. Dentro dessa teoria encontramos a Didática Cultural dos Surdos, apresentando-se como o questionamento do "ser surdo" e de suas características. Além de criticar a postura dos ouvintes que tendem a impor a sua cultura no processo de ensino-aprendizagem do surdo, visto que na visão de muitos ouvintes o surdo é considerado deficiente ou diferente.

É no processo de ensino da perspectiva de uma educação inclusiva que se introduz o planejamento na instrução do aluno surdo. Pensando nisso podemos questionar como ensinar o aluno surdo através da sua cultura? Segundo Reis (2006) o professor que trabalha com surdos realiza uma didática e um planejamento diferentes, pois esses professores desconstroem e constroem a prática didática nas características do sujeito surdo, aproximando-o de seu conhecimento de mundo.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que a educação dos surdos, necessita utilizar de estratégias que valorizem não somente as lutas da comunidade surda, mas também as suas conquistas. Esse é o pensamento atual que valoriza o surdo a partir da sua representação cultural, sua língua, suas lutas históricas, identidade e artefatos culturais.

Nesse entendimento, surge no Brasil em meados dos anos 2000, os cursos superiores de Letras/Libras. Esses cursos foram criados com o intuito de uma educação concreta voltada para as especificidades do aluno surdo e a formação de professores para atuarem em diversas modalidades de ensino. É inegável que os resultados positivos já estão sendo vistos e futuramente serão maiores, pois além de formar profissionais os mencionados cursos ainda irão difundir a Língua de Sinais Brasileira – LIBRAS. O sucesso desse processo educacional é fundamental para a consolidação da cultura surda e a libertação da ideologia ouvinte quando deseja impor a sua cultura sob a cultura surda no processo educacional do surdo.

Nesse contexto, se insere o presente estudo cujo objetivo é analisar os procedimentos metodológicos de ensino e avaliação utilizados para alunos surdos. A seguir, apresentamos o resultado dessa pesquisa, ao aprofundarmos a temática acima proposta.

A Didática no ensino de alunos surdos no Brasil: Processo histórico e a valorização da Didática Surda.

A primeira iniciativa no ensino destinado a comunidade surda surgiu com a chegada do professor francês surdo Ernest Huet no Brasil, fundador do Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES) no Rio de Janeiro, referência na educação de surdos até os dias atuais. Destacamos a importância de sua chegada para a consolidação da educação de surdos no Brasil e a introdução de uma língua de sinais. Um pouco após sua saída da direção do instituto é aprovada em 1880 no Congresso de Milão o método de ensino conhecido como Oralismo. Segundo Baalbaki e Caldas (2011) o Congresso de Milão reuniu diversos estudiosos daquele período em um evento que propôs uma proposta linguística para os surdos nas quais trariam consequências os surdos do mundo todo. Segundo Goldfield (1997) Alexandre Graham Bell se tornou o mais importante defensor dessa modalidade de ensino, pois exerceu atuação na votação. O Oralismo venceu nesse período e o uso da língua de sinais foi oficialmente proibido.

O Oralismo ficou conhecido por se opor aos gestos e ao uso da língua de sinais, afirmando que esses métodos atrapalhavam o aprendizado da fala. Para os defensores dessa modalidade de ensino o Oralismo deveria ser "puro", ou seja, sem nenhuma interferência gestual e naquele momento, ser a preferível em escolas e instituições de ensino para surdos.

Skliar (2005a) afirma que o Congresso de Milão não só constituiu o início do Oralismo, como trata-se de um marco histórico que caracterizou a hegemonia do ouvir e do falar, além de uma série de reformulações nos currículos e nas metodologias de ensino.

Após o "fracasso" do Oralismo a Comunicação Total - teoria que propõe inserção de modelos auditivos, manuais e orais para a comunicação de pessoas surdas – passa a ganhar adeptos e a utilizar de todos os recursos pedagógicos como: a língua de sinais, os gestos, as mímicas, entre outros que pudessem contribuir com a aprendizagem do aluno surdo. Sobre esse assunto, Poker (2002 p. 6) relata:

Esta filosofia se preocupa também com a aprendizagem da língua oral pela criança surda, mas acredita que os aspectos cognitivos, emocionais e sociais não devem ser deixados de lado só por causa da aprendizagem da língua oral. Defende assim a utilização de qualquer recurso espaço – visual como facilitador da comunicação. (POKER, 2002, p. 6).

Diferentemente do Oralismo, a Comunicação Total considera que a aquisição da língua oral não assegura a total evolução da criança surda. Entre as grandes diferenças encontradas nas pesquisas entre a Comunicação Total e outros métodos educacionais consiste na defesa do uso de variados os recursos linguísticos. Porém, Poker (2002) afirma que esse método também visto como bimodalismo fragiliza e bloqueia a comunicação existente entre a criança com surdez e os ouvintes.

Stokoe (1919-2000), pesquisador americano, em meados da década de 1960 comprovou através de seus estudos que as línguas de sinais possuem status de língua natural. A partir dessas pesquisas começaram a surgir críticas a Comunicação Total. Surgiram posteriormente estudos mais aprofundados sobre as línguas de sinais e os benefícios que o surdo poderia ter no ambiente escolar utilizando sua língua materna numa possível preferência.

As pesquisas revelaram a complexidade e a estrutura das línguas de sinais e comprovaram que é uma língua como qualquer outra e assim iniciou-se dentro dos debates educacionais um outro modelo de ensino: o Bilinguismo (teoria de ensino que propõe ao surdo o ensino em duas línguas). No caso dos surdos brasileiros o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 e a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, permitem que o aluno surdo tenha acesso educacional na sua língua materna, ou seja, na LIBRAS como L1 e obrigatoriamente a Língua Portuguesa na modalidade escrita como L2. Nessa concepção, as crianças surdas precisam ter acompanhamento do intérprete em sala de aula regular e nas salas de atendimento especializado um professor surdo ou um professor ouvinte fluente na língua de sinais.

Quadros (2005) relata que a educação de surdos numa proposta de educação bilíngue, deve fluir de um currículo estruturado numa concepção visual – espacial para assegurar ao aluno surdo o acesso em todas as temáticas escolares na LIBRAS. Assim sendo, o Bilinguismo é defendido como a metodologia mais apropriada para ensinar crianças surdas.

De acordo com Brito (1993) o Bilinguismo é um caminho importante para o desenvolvimento do aluno surdo, em todas as etapas do conhecimento, proporcionando não apenas a comunicação, mas conjuntamente a função de estimular o desenvolvimento cognitivo e social.

Ainda sobre a educação dos surdos, vale ressaltar que as pesquisas sobre a Pedagogia Surda são mais atuais, somente a partir de 1999 e exercida por Skliar (2005). Essa metodologia busca um novo programa para a educação do surdo visando a valorização da identidade, da língua, da história e da cultura surda. O aluno surdo é visto como um sujeito completo, valorizando tudo aquilo que consegue aprender através do visual. Nos dias de hoje é muito adotada pela comunidade surda, defendida através de aulas ministradas por professores surdos desde a educação infantil até a educação superior, porém esse processo é demorado e em muitos estados brasileiros ainda não existe uma formação profissional específica para auxiliar no andamento desse método de ensino.

O posicionamento para uma educação no contexto bilíngue propõe o entendimento da transição dessas duas línguas e a constatação sobre quais meios às pessoas surdas dispõem para defrontar com a língua de sinais, com a Língua Portuguesa e com o aprendizado de forma geral. Nesse cenário, qual o papel da Didática enquanto prática pedagógica é fundamental.

O desafio de ensinar o aluno surdo

Ensinar não é algo fácil, imagina ensinar alguém que não compreende sua própria língua, seja ela falada ou sinalizada. Muitos surdos chegam à

escola desprovidos de qualquer conhecimento sobre sua língua materna, o que dificulta e atrasa ao aprendizado e a comunicação com o aluno. Conforme Felipe (2006), a Constituição Federal de 1988, nos artigos nº 205 e nº 208, e a LDB – Lei de Diretrizes e Bases, 9.394/1996, nos artigos 4º, 58º, 59º e 60º, garantem as pessoas a garantia de igualdade e oportunidade na educação.

Um dos maiores objetivos percebidos na integração de alunos com surdez na sala de aula do ensino regular está relacionado com o tipo de comunicação hegemonicamente usado nesses cenários – a comunicação oral –, em nosso caso a língua portuguesa. Compreendemos que o sujeito surdo tem uma particularidade linguística, e que esta faz de sua integração no contexto educacional uma situação ímpar, diferente daquela vivenciada por alunos com outras necessidades educacionais como por exemplo a pessoa com deficiência motora, visual, intelectual, etc.

A Didática Surda apresenta estruturas que colaboram para melhorar a habilidade para o ensino dos alunos surdos: o planejamento e a avaliação diferenciados. São conceitos essenciais para uma prática pedagógica efetiva e com viés na cultura, salientando a importância do ensino valorizando a língua de sinais como língua materna. Perlin e Rezende (2011) conceituam a Didática como:

A Didática pode conceituar-se naquele conjunto de comportamentos, atitudes e valores de que o professor se utiliza e segundo o qual consegue aproximar o aluno do conhecimento. Seriam aqueles procedimentos implicitamente usados nos rituais de ensino. Isto é interessante, pois permite visualizar diferentes jeitos de se planejar o ensinar. (PERLIN e REZENDE, 2011, p. 6)

Na visão histórica da Didática é perceptível que o processo de ensino e de aprendizagem se constitui da prática e da teoria associadas. Nesse sentido, a Didática como disciplina no ensino superior não expressa apenas concentração de técnicas, mas sim adicionar a percepção crítica e reflexão ao futuro docente a tornar a instrução mais agradável ao aluno.

O método de ensinar definido pelo futuro docente, demanda do professor em formação adaptações atualizadas e suas variações eficientes que não consentem a inércia, o que cobra do professor um posicionamento eficiente frente as metodologias educacionais. Nesse sentido Veiga (2004) afirma que:

Enfatizar o processo didático da perspectiva relacional significa analisar suas características a partir de quatro dimensões: ensinar, aprender, pesquisar e avaliar. O processo didático, assim, desenvolve-se mediante a ação recíproca e interdisciplinar das dimensões fundamentais. Integram-se, são complementares. (VEIGA, 2004, p. 13)

O professor que trabalha com alunos surdos precisa incluir esses alunos e é necessário, em primeiro lugar, planejamento e estudo sobre as estratégias que podem ser inseridas em sala de aula. Uma das metodologias mais conhecidas no ensino de Língua Portuguesa escrita, é o uso de imagens na leitura de textos, pois o aprendizado do surdo se dá melhor por ele ser visual-espacial e associa a imagem ao significante e ao uso da língua de sinais.

O Bilinguismo preocupa-se com o respeito e a autonomia da língua de sinais. Organizando um plano educacional que inclua a cultura e as experiências linguísticas da criança surda. Em se tratando de um professor ouvinte é necessário o conhecimento da LIBRAS para ter condições de comunicar-se com seu aluno. Uma das características para a verdadeira inclusão do aluno surdo é o currículo de escolas respeitando as diferenças. O aluno surdo precisa de um professor dedicado, participativo e motivador para aprender a língua e tornar-se fluente.

Para Carvalho; Barbosa (2008), a escola deve ser um universo de coparticipação em que as ações são compartilhadas entre surdos e ouvintes, é o padrão para que ocorra a inclusão, assim serão respeitadas as diferenças individuais de ambos. Deve-se refletir sobre a necessidade de uma didática tolerante que apresente a mesma temática curricular respeitando as especificidades do aluno surdo e do aluno ouvinte sem perder a qualidade de ensino e melhorando a aprendizagem desses alunos.

Nesse entendimento, abordamos a necessidade de se apresentar uma Didática onde prática e teoria sejam elementos indissociáveis, pois não podem esta separadas no contexto educacional. É na relação teoria versus prática apresentadas na disciplina de Didática que o futuro professor aprende a escolher a teoria que melhor irá atender o aluno surdo ou ouvinte. Nessa visão, Pimenta et al (2013) esclarece que:

A didática, como área da pedagogia, estuda o fenômeno ensino. As recentes modificações nos sistemas escolares e, especialmente, na área de formação de professores configuram uma "explosão didática". Sua resignificação aponta para um balanço do ensino como prática social, das pesquisas e das transformações que têm provocado na prática social de ensinar. (PIMENTA et al, 2013, p. 146)

O fazer docente prevê primeiro a criação de uma identidade profissional que se constrói ao longo da vivência na escola. O futuro professor que está em formação precisa entender que a língua de sinais não expõe barreiras para os surdos quanto à aquisição da linguagem, já que esta por possuir uma modalidade espaço-visual, torna-o sujeitos de uma língua natural. A aquisição para este sujeito dependerá da interação que o mesmo terá desde criança com os adultos surdos que a utilizam como forma de produção da linguagem e interlocução. Os surdos, quando expostos a língua de sinais conseguem aprender a lidar com ela como qualquer outro utilizador de uma língua natural. Utilizam-se de fundamentos que são pertinentes para significá-la sem grandes esforços mentais.

Segundo Maher (2005) uma proposta bilíngue não deve ser assistida como um contratempo a ser suprimido, mas como "uma condição humana comum", porque o Bilinguismo é um acontecimento multidimensional.

Infelizmente muitos professores discordam dessa filosofia e não aplicam uma metodologia específica aos alunos surdos. Muitos deles ministram aulas através de diálogos oralizados e atividades escritas onde os temas não ficam de forma clara para o aluno surdo, ou seja, não engloba o aprendizado e exclui esse aluno do cenário linguístico necessário para o seu desenvolvimento psicossocial atrasando o processo de comunicação, como assegura Felipe (1997):

[...] o ensino da língua portuguesa para crianças surdas, principalmente em escolares regulares, não tem considerado este fato e as crianças surdas, inseridas em classes de crianças ouvintes recebem o mesmo tipo de atividade como se já tivessem adquirido esta língua naturalmente e tivessem o mesmo desempenho das ouvintes. (FELIPE, 1997, p.41).

Segundo Skliar (1997) o intuito do Bilinguismo é proporcionar uma identidade bicultural, permitindo que o surdo desenvolva suas potencialidades dentro da cultura surda e crie interações com a cultura ouvinte.

O aluno surdo tem duas formas de aprendizado e por isso o processo de ensino – aprendizagem torna-se mais complexo que os demais alunos da sala regular. O que gera um grande desafio aos professores. O primeiro passo a ser dado é a comunicação entre professor e aluno surdo, preferencialmente quando o professor é ouvinte ou quando não conhece a língua de sinais.

Os procedimentos que abrangem o uso da Língua Portuguesa escrita e a idealização do conhecimento pelo aluno surdo submetem-se da intervenção do professor através de uma instrução adequada para exercer na educação de alunos surdos. Outra questão que o professor deve valorizar é o modo que o aluno tem de pensar e de enfrentar os aspectos presentes no contexto da diferenciação de língua entre indivíduos.

Outro fator importantíssimo é a compreensão que para o aluno surdo aprender a Língua Portuguesa há um processo cognitivo bastante evidente que requer organização metodológica diferenciada pelos professores, defendida por Fernandes (2006):

Aprender o português decorrerá do significado que essa língua assume nas práticas sociais (com destaque às escolares) para as crianças e jovens surdos. E esse valor só poderá ser conhecido por meio da língua de sinais. O letramento na língua portuguesa, portanto, é dependente da constituição de seu sentido na língua de sinais. Aprender o português, nesse sentido, demanda um processo de natureza cognitiva (para o surdo) e metodológica (para o professor) que difere totalmente dos princípios que a literatura na área do ensino de português como língua materna tem sistematizado, nos últimos anos. (FERNANDES, 2006, p. 48).

Para que a compreensão do conceito de Didática não fuja do objetivo em relação ao fazer docente, é necessário investigar as práticas pedagógicas relacionadas com a prática social atual, ou seja, é necessária uma reflexão maior sobre as estratégias didáticas desenvolvidas dia a dia com alusão as mudanças educacionais atuais.

A avaliação escolar do aluno surdo

A avaliação escolar é um dos princípios fundamentais da Didática e está correlacionada com o planejamento. É fundamental para o processo de ensino e aprendizagem, pois é através da avaliação que o professor observa o grau de aprendizado e o desempenho dos alunos, isto é, o "fazer pedagógico" que não deve ser utilizado apenas para avaliar os alunos, mas também serve como parâmetro para o professor buscar qualificação e auto avaliação.

Dessa forma, Sant' Anna (1995) explica que avaliação escolar é:

[...] o termômetro que permite confirmar o estado em que se encontram os elementos envolvidos no contexto. Ela tem um papel altamente significativo na educação, tanto que nos arriscamos a dizer que a avaliação é a alma do processo educacional. (SANT'ANNA, 1995, p. 7).

O entendimento de avaliação se dá a uma reflexão maior sobre educação. Nessa lógica, compreendemos avaliação como parte fundamental da Didática no sentido de Libâneo (1994) relacionado a prática pedagógica:

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias (LIBÂNEO, 1994, p.195).

O método de como se avalia o aluno surdo é uma questão muito debatida no âmbito escolar e segue a Didática. As Políticas Públicas de Ensino propõem que esse aluno seja inserido em uma sala de aula de ensino regular e as metodologias usadas pelo professor façam com que esse aluno assimile o conteúdo como os demais. No entanto, é necessário que os profissionais de educação tenham compreensão do que estão tratando para a concreta integração do aluno surdo. As recomendações educacionais para o ensino do aluno surdo têm como objetivo o amplo desenvolvimento de suas habilidades.

Segundo Luckesi (2011) a avaliação deve estar articulada junto com o Projeto Pedagógico visando construir um resultado positivo, garantindo que as decisões respeitem o aprendizado dos educandos. Nessa perspectiva educacional proposta, a avaliação segue três procedimentos avaliativos que trará o "tal" desejo pretendido, ou seja, a qualidade do ensino.

Machado (2006) afirma ser necessário a inclusão do aluno surdo nos sistemas regulares de ensino respeitando sua deficiência linguística. Com essa afirmação percebemos que o aluno surdo não pode ser avaliado igualmente ao aluno ouvinte, o que gera uma crítica ao sistema de avaliação que vem sendo imposto pelas autoridades em busca de obtenção de dados que "melhorem" os índices educacionais e não uma avaliação de aprendizagem como cita Luckesi (2011):

A partir dessas observações, podemos dizer que a prática educacional brasileira opera, na quase totalidade das vezes, como verificação. Por isso, tem sido incapaz de retirar do processo de aferição as consequências mais significativas para a melhoria da qualidade e do nível de aprendizagem de educadores. (LUCKESI, 2011, p. 75).

O processo de avaliação da aprendizagem é fator importantíssimo para o processo educacional para a inclusão e aceitação do aluno surdo. Esse processo deve fazer parte do trabalho pedagógico, deve-se discutir e refletir como avaliar o surdo no conjunto escolar, trazendo-o para o diálogo, aproveitando para incentivá-lo a construir sua autonomia e sua cidadania dentro da comunidade escolar surda.

O Decreto 5626/2055 prevê no capítulo IV, artigo 14, inciso VI que é necessária adoção de métodos de avaliação que sejam adequados com o aprendizado de segunda língua, como a correção das provas escritas, valorizando os aspectos semânticos e reconhecendo a individualidade linguística que se manifesta na escrita da Língua Portuguesa.

O professor precisa conhecer a cultura surda, aceitando-a e compreendendo a LIBRAS. Em uma sala de aula iremos encontrar uma infinita diversidade cultural e de conhecimentos que os alunos já trazem consigo. Desse modo, o professor deverá utilizar de estratégias como: recursos distintos e formas de avaliação satisfatória, proporcionando a diminuição da desigualdade e a valorização da diversidade ou do multiculturalismo.

De acordo com Thomas e Klein (2009): “[...] a educação de surdos, bem como a avaliação, precisa ser problematizada na perspectiva das narrativas surdas, alicerçada no direito à utilização da língua de sinais [...]”, o que vem a confirmar a dificuldade caracterizada nas práticas avaliativas concebidas nas relações de poder e saber.

Supõe-se então que o ingresso de alunos surdos necessita de um âmbito educacional, com professores capacitados e com recursos visuais adaptados para o ensino – aprendizagem e o desenvolvimento de aulas com métodos baseados no atendimento das diferenças educacionais individuais atendendo a legislação brasileira.

Considerações finais

Procuramos no desenrolar deste artigo apresentar a importância da Didática para o desenvolvimento no ensino e aprendizado do aluno surdo. É por intermédio da Didática que nos é apresentado o conhecimento das diversas interpelações que ocorrem nos processos educacionais. Enquanto disciplina pedagógica permite que o professor em formação estude métodos e técnicas que contribuíram para o seu “fazer docente”, orientando-o para uma melhor qualidade nos seus meios de ensinar fazendo com que o mesmo busque uma melhor qualificação e buscando na prática o planejamento e a avaliação significativa para seus alunos e para si próprio.

A busca por aprendizagens significativas para alunos e professores de alunos surdos parece ser o grande desafio da Educação Especial na atualidade. Buscando dentro do seu âmbito de ação, o atendimento à democratização do ensino e respondendo às necessidades da comunidade surda.

A opção pelo Bilinguismo tira o professor do lugar comum do ensino. A proposta implica em um constante diálogo e discussões e acordos pedagógicos não comuns aos métodos tradicionais.

Considerando as pesquisas feitas e as discussões já existentes no âmbito escolar sobre como avaliar o aluno surdo vemos que não há avaliação sem respeito a cultura e as características individuais. Esses resultados só comprovam a necessidade de novas propostas educacionais nos recursos utilizados, na formação e na qualificação daqueles que direta ou indiretamente contribuem para a formação do aluno.

Adotar uma avaliação diferenciada do aluno surdo não significa passar por cima de suas dificuldades linguísticas ou tratá-lo como alguém incapaz de adquirir conhecimento, mas focar nas metodologias utilizadas facilitando a aquisição dos conteúdos e critérios diferenciados na hora da avaliação.

Parece que o caminho mais adequado para uma formação continuada de professores de alunos surdos seria através de discussões, leituras, análises, alternativas pedagógicas que oportunizam um rico espaço de concretização do conhecimento e do aprendizado.

O ato de ensinar e avaliar o aluno surdo é composto de muitos desafios que anulam as conquistas da comunidade surda e das pessoas comprometidas com o ensino e a aprendizagem dos alunos surdos. É fundamental que a escola produza espaços para que o aluno surdo possa exteriorizar-se culturalmente, nos seus delineamentos peculiares de expressão. Buscar elucidaciones conjuntas, com os demais professores e gestores, é o caminho preferível, ou seja, construir uma troca de informações diárias.

Referências

BAALBAKI, Angela; CALDAS Beatriz. **Impacto do Congresso de Milão sobre a língua dos sinais**. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 15, Rio de Janeiro. Cadernos do CNLF, v. XV, n. 5, t. 2. Rio de Janeiro: Cífeffil, 2011.

BRASIL. **Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.html Acesso em 14 de fevereiro de 2017

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 3 de novembro de 2017.

BRASIL. **Lei 10436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm Acesso em 14 de fevereiro de 2017.

BRITO, L. F. **Integração Social e educação de surdos**. Rio de Janeiro: BABEL Editora, 1993.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

FELIPE, T. A. **Introdução à gramática da LIBRAS**. In: RINALDI, G. et al. (org.) Série Atualidades Pedagógicas. Deficiência Auditiva, V. III, Secretaria de Educação Especial, Brasília: SEESP, 1997.

FELIPE, T. A. **Políticas Públicas para inserção da LIBRAS na educação de surdos**. In: Revista espaço. Informativo Técnico Científico do INES. Nº 25/26, JAN/DEZ./2006.

FERNANDES, Sueli. **Práticas de letramento na educação bilíngue para surdos**. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 2006.

para surdos. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 2006.

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

GOLDFELD, M. **A criança surda**. São Paulo: Pexus, 1997

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. Cortez Editora: São Paulo, Coleção Magistério 2º

Grau Série Formando Professor, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**/Cipriano Carlos Luckesi. – 22.ed. – São Paulo: Cortez 2011.

MACHADO, Paulo César. **Integração/Inclusão na Escola Regular: um Olhar do Egresso surdo**. In. QUADROS, Ronice Müller de (org.). Estudos Surdos I, Arara Azul, PetrópolisRJ, 2006, p. 38 – 75.

MAHER, Terezinha Machado. **Do casulo ao movimento**: a suspensão das certezas na educação bilíngüe e intercultural. In: CAVALCANTI, Marilda C. e BORTONIRICARDO, Stella Maris (orgs.). Transculturalidade, Linguagem e Educação. São Paulo: Mercado das Letras, 2005.

PERLIN, Gladis; REZENDE, Patrícia. **Didática e educação de surdos**. Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, 2011. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/didaticaEEducacaoDeSurdos/assets/489/texto.pdf>. Acesso 01 de novembro de 2017.

PIMENTA, SELMA GARRIDO et al. **A construção da didática no GT Didática—análise de seus referenciais** Revista Brasileira de Educação, v. 18, n. 52, p. 143-162, 2013.

POKER, R. B. **Troca simbólica e desenvolvimento cognitivo em crianças surdas**: uma proposta de intervenção educacional. Tese de doutorado. UNESP – Marília, 2002.

QUADROS, R. M. **O “Bi” em Bilinguismo na educação de surdos** In E. Fernandes (org.) Surdez e Bilinguismo. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

REIS, Flaviane. **Professores Surdos**: Identificação ou “Modelo”. In: QUADROS, Ronice; PERLIN, Gládís (Orgs.). Estudos Surdos II. Rio de Janeiro, Editora Arara, 2007.

SANT’ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SKLIAR, Carlos. (1997a). **Abordagens socioantropológicas em educação especial**. In: SKLIAR, C.(org.). Educação e exclusão. Cadernos de Aatoria. Porto Alegre: Mediação.

_____. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

_____. **Educação & exclusão**: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

THOMA, Adriana da S.; KLEIN, Madalena. **Currículo e avaliação**: a diferença surda na escola. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009.

VEIGA, I. P. A. **As dimensões do processo didático na ação docente** In: ROMANOWSKI, J. P.; MARTINS, P. L. O. e JUNQUEIRA, S, R. A. Conhecimento local e conhecimento universal: pesquisa, didática e ação docente. Curitiba: Champagnat, 2004.